



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

# MAOTE - Orçamento 2015

## Nota Explicativa

Outubro de 2014

## Prioridades Políticas MAOTE

### I. Principais iniciativas concretizadas 2013-2014

### II. Eixos, áreas de atuação e medidas OE 2015

1. Ambiente
2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza
3. Energia
4. Economia Verde

### III. Orçamento

- i. Prioridades
- ii. Consolidação Orçamental
- iii. Análise Orçamental

## Prioridades Políticas

### Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Crescimento verde
- Fiscalidade verde
- Infraestruturação ambiental e gestão eficiente dos ativos
- Proteção ambiental e eficiência no uso dos recursos
- Mitigação e adaptação às alterações climáticas
- Reforma do ordenamento do território
- Reabilitação urbana e cidades sustentáveis
- Reforma do arrendamento
- Valorização dos recursos naturais
- Eficiência energética e valorização dos recursos energéticos endógenos
- Sustentabilidade e competitividade do sistema energético nacional
- Reforma do Estado e novos mecanismos de financiamento



2013-2014

# I. PRINCIPAIS INICIATIVAS CONCRETIZADAS

# I. PRINCIPAIS INICIATIVAS CONCRETIZADAS



Ambiente	Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza	Energia	Crescimento Verde
1. Reestruturação do Setor dos Resíduos	6. Reforma do Ordenamento do Território	11. Sustentabilidade do Sector Elétrico	16. Reforma para a Fiscalidade Verde
2. Novas soluções para Passivos Ambientais	7. Reabilitação Urbana	12. Negociação do pacote clima e energia 2030	17. Roteiros para o Crescimento Verde
3. Privatização da EGF	8. Reforma do Arrendamento	13. Mobilidade Elétrica	18. Elaboração do POSEUR
4. Reestruturação do Setor das Águas	9. Valorização dos recursos naturais	14. Energias renováveis e eficiência energética	19. Constituição da Coligação para o Crescimento Verde
5. Proteção do Litoral	10. Conservação de espécies e habitats	15. Terceiro pacote competitividade e solidariedade (acordado com <i>troika</i> )	20. Aprovação do Compromisso para o Crescimento Verde
			21. Internacionalização da Economia Verde

## AMBIENTE

### 1. Reestruturação do Sector dos Resíduos

- PERSU 2020, com metas ambientais e de eficiência para 2020
- Novo Regulamento Tarifário, para a otimização e redução do custo dos serviços prestados
- Novos Estatutos da ERSAR e reforço da regulação de qualidade de serviço

### 2. Novas soluções para Passivos Ambientais

- Recuperação do passivo de S. Pedro da Cova – Contrato para a remoção de resíduos perigosos (13 milhões euros)
- Despoluição do Rio Alviela - Protocolo e contrato para a reabilitação do sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena (14 milhões euros)

### 3. Privatização da EGF

- Decreto-Lei da Privatização
- Caderno de Encargos
- Decreto-Lei das Bases de Concessão com objectivos de serviço público propostos pela ANMP: universalidade no acesso, continuidade e qualidade de serviço, eficiência e equidade dos preços, bem como garantia do cumprimento das metas ambientais
- Conclusão da privatização EGF com aprovação do vencedor do concurso público internacional, entre 7 propostas não vinculativas, e impacto de 350 M€ na redução da dívida financeira do Grupo AdP

### 4. Reestruturação do Setor das Águas

- Lei da Fatura Detalhada e respetiva regulamentação
- Estatutos ERSAR
- Reestruturação do Grupo AdP – agregações dos 19 SMM, reestruturação da área corporate, novo modelo de financiamento 2014-2020
- PENSAAR2020, com metas ambientais e de eficiência para 2020

### 5. Proteção do Litoral

- Relançamento do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (2012-2015)
- Financiamento de intervenções prioritárias de proteção do litoral - 16 M€ aprovados pelo POVT no âmbito de procedimento extraordinário em resposta às tempestades de Inverno
- Programa de demolições prioritárias (835 construções em 2014 e 2015)

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, HABITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

### 6. Reforma do Ordenamento do Território

- Aprovação da Lei de Bases dos Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo
- Revisão do regime de titularidade dos recursos hídricos
- Lançamento da plataforma de dados abertos georreferenciados - iGEO
- Regularização das atividades económicas
- Aprovação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)
- Aprovação do regime jurídico sobre Cartografia
- Elaboração do Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

### 7. Reabilitação Urbana

- Revisão do SOLARH e do PROHABITA
- Lançamento da 2.ª fase do Reabilitar para Arrendar
- Aprovação do Regime Excecional de Reabilitação Urbana
- Contrato Programa para a SRU – Porto

### 8. Reforma do Arrendamento

- Novo Regime da Renda apoiada
- Novo Regime da Renda condicionada
- Revisão do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU)

### 9. Valorização dos recursos naturais

- Lançamento iniciativa TEEB
- Grupo de trabalho para os recursos genéticos (Protocolo de Nagoya)
- Reservas da biosfera
- Definição da Estratégia Natural.pt

### 10. Conservação de espécies e habitats

- Definição do modelo de revisão da estratégia da conservação da natureza e da biodiversidade
- Assinatura do Pacto Nacional para a Conservação do Lince Ibérico
- Celebração dos contratos com os proprietários e gestores de caça para reintrodução in situ do lince ibérico

## ENERGIA

<b>11. Sustentabilidade do Sector Elétrico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Segundo Pacote – 1400 milhões euros</li><li>• Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (150 milhões euros em 2014 e 2015)</li></ul>
<b>12. Negociação do pacote clima e energia 2030</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formulação da proposta de 4 metas. Proposta para introdução de uma meta específica para as interligações Europeias</li><li>• Decisão dos Conselhos Energia e Europeu sobre interligações</li></ul>
<b>13. Mobilidade Elétrica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Novo regime jurídico (liberalização da rede e fomento das modalidades de carregamento nas habitações, locais de trabalho e locais privados de acesso público)</li><li>• Protocolo com APVE para programa de demonstração com frota MAOTE</li></ul>
<b>14. Energias renováveis e eficiência energética</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprovação do novo enquadramento legal da atividade de produção distribuída, incluindo o regime de autoconsumo e de pequena produção de eletricidade</li></ul>
<b>15. Terceiro pacote competitividade e solidariedade (acordado com troika)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alargamento da tarifa social na eletricidade</li><li>• Aprovação do regime de combustíveis low cost</li><li>• Divulgação de preços de referência no gás de botija e combustíveis líquidos</li><li>• Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (a prorrogação da medida para 2015 visa a limitação do aumento dos preços da energia elétrica)</li></ul>



## CRESCIMENTO VERDE

### 16. Reforma para a Fiscalidade Verde

- Aprovação da reforma pelo Governo, em discussão na Assembleia da República

### 17. Roteiros para o Crescimento Verde

- Jornada dedicada à Mobilidade Elétrica
- Jornada dedicada aos Passivos Ambientais

### 18. Elaboração do POSEUR

- Aprovação do Acordo de Parceria Portugal 2020
- Aprovação do modelo de Governação dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais de Investimento)
- Elaboração dos regulamentos específicos do POSEUR (Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos)

### 19. Constituição da Coligação para o Crescimento Verde

- Cerca de 100 organizações das áreas empresarial, científica, financeira, assim como dos organismos públicos, fundações e ONG

### 20. Proposta e discussão do Compromisso para o Crescimento Verde

- Proposta do Compromisso para o Crescimento Verde - um compromisso em torno de políticas, objetivos e metas que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações
- O Compromisso fixa 13 objetivos quantificados para 2020 e 2030, 83 iniciativas – repartidas por 10 setores – e seis catalisadores

### 21. Internacionalização da Economia Verde

- Missões empresariais aos Emirados Árabes Unidos, Índia e Estados Unidos da América



# OE 2015

*A atuação do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) em 2015 será enquadrada pelo **Compromisso para o Crescimento Verde**, desenvolvido em torno de políticas, objetivos e metas*

*que conciliem o indispensável crescimento económico,  
o aumento do emprego e  
a redução da dependência do exterior,*

*com um menor consumo de recursos naturais,  
uma fiscalidade mais inteligente  
(tributando mais o que se degrada e polui e menos o que se produz e aufere),  
um reforço da justiça social  
e o aumento da qualidade de vida das populações.*



**OE 2015**

## **II. EIXOS, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MEDIDAS**

# I. PRINCIPAIS INICIATIVAS CONCRETIZADAS



1. Ambiente	2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza	3. Energia	4. Crescimento Verde
➤ Litoral e Zonas Costeiras	➤ Ordenamento do Território	➤ Energias Renováveis	➤ Compromisso para o Crescimento Verde
➤ Alterações Climáticas	➤ Novo modelo de cadastro e de gestão da informação	➤ Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável	➤ Fiscalidade Verde
➤ Recursos Hídricos	➤ Política de Habitação	➤ Sistema Elétrico e Gás Natural	➤ Mecanismos Financeiros
➤ Sector da Água e Saneamento	➤ Reabilitação Urbana e Política de Cidades	➤ Combustíveis	➤ Economia Circular e Produtividade dos Recursos
➤ Sector dos Resíduos	➤ Conservação da Natureza	➤ Recursos Geológicos e Mineiros	➤ Cooperação e Internacionalização
➤ Proteção e Gestão Ambiental			

***Crescimento Sustentável e Responsabilidade Orçamental***

## 1. Ambiente

### Proteção e Valorização do Litoral e Zonas Costeiras

Portugal tem de reforçar a sua ação perante o agravamento dos sinais de crise climática, com especial ênfase no litoral, devido à vulnerabilidade e risco das suas zonas costeiras, e necessidade de assegurar a salvaguarda de pessoas e bens. Neste sentido, em 2015 o Governo assegurará a:

- Concretização do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
- Implementação da nova Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, que permitirá, no médio prazo, alterar a exposição ao risco no litoral português.

### Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas

- Implementação de Instrumentos de Política Climática 2013-2020:
  - Consolidar e potenciar quadro estratégico de referência em políticas climáticas
  - Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020-2030)
  - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020)
  - Implementação do Programa AdaPT
  - Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA)
- Adopção do Pacote Europeu Clima-Energia 2030

### Alterações climáticas, riscos, ambiente, recursos

Relatório do OE 2015

*A estratégia preconizada para o POSEUR apoiando, através dos fundos de coesão, a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, a adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão de riscos, a proteção do ambiente e a promoção da eficiência dos recursos*

## 1. Ambiente

### Proteção dos Recursos Hídricos

- Desenvolvimento do Plano Nacional da Água (PNA)
- Implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
- Reforço da monitorização das massas de água e execução das medidas necessárias para atingir ou manter o seu bom estado ecológico
- Reforço da implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI)
- 2.º ciclo dos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH)
- Melhoria da qualidade da água e as condições de segurança, nomeadamente nas águas interiores
- Elaboração dos primeiros Planos de Gestão de Riscos de Inundação

### Eficiência do Setor da Água e Saneamento

- Implementação da nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020), tendo por base objetivos de sustentabilidade técnica, ambiental, económica, financeira e social
- Prossecução da reestruturação do setor para uma mais eficiente gestão dos ativos, maior coesão territorial e qualidade ambiental e para promover uma maior sustentabilidade económico-financeira

### Reestruturação do setor das Águas

Relatório do OE 2015

*De entre as medidas prioritárias com impacto direto no orçamento do Ministério destaca-se a reestruturação do sector das águas, através da promoção de estratégias de gestão mais integradas de modo a maximizar sinergias operacionais de processo e reduzir custos*

## 1. Ambiente

### Gestão dos Resíduos como Recursos

- Implementação do Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos (PERSU 2020), assente em novas metas ambientais e de eficiência dos sistemas
- Implementação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020), com aposta na dissociação do crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos

### Proteção e Gestão Ambiental

- Implementação da Estratégia Nacional para o Ar, dos planos de melhoria da qualidade do ar e modernização operacional da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar
- Prossecução da harmonização da aplicação do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA ), implementando pequenas correções/ajustes aos procedimentos e critérios associados
- Publicação de diplomas conexos ao RJAIA
- Criação do Licenciamento Único Ambiental (LUA), harmonizando conceitos e elementos instrutórios e definindo procedimentos associados; Publicação de diplomas conexos.
- Realização das ações de controlo de risco e inspeção e de campanhas específicas de inspeção abrangendo as diversas vertentes ambientais
- Continuidade das ações de remediação e recuperação de passivos ambientais
- Implementação do regime para a descontaminação de solos

## 2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza

### Novo Modelo de Ordenamento do Território

- Conclusão da Reforma do Ordenamento do Território:
  - Transposição para os planos municipais das normas de programas de âmbito nacional ou regional, com impacte no uso do solo
  - Implementação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e dos respetivos diplomas complementares
  - Elaboração do novo Programa de Ação 2014-2020 associado ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
  - Ações de divulgação e esclarecimentos e adoção de normas técnicas, com vista a uma correta e eficaz implementação das alterações legislativas, nomeadamente ao nível da integração dos planos especiais nos planos municipais
- Promovendo, por via desta Reforma:
  - Maior transparência e diminuição dos encargos para os cidadãos e investidores
  - Reforço do Planos Diretores Municipais (PDM) como instrumento estratégico e fonte de normas vinculativas para os particulares
  - A reabilitação urbana como fator de desenvolvimento sustentável



## 2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza

### Novo Modelo de Cadastro e de Gestão da Informação

- Implementação do novo modelo de cadastro
- Nova Profissão técnico de cadastro (diploma em discussão na AR, na especialidade)
- Operacionalização do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC), de apoio à gestão das atividades, dos mercados e das políticas de ordenamento territorial, ambiental, agrícola, florestal e fiscal
- Implementação no Observatório Nacional do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, de um sistema de informação colaborativo, permitindo uma monitorização das várias dinâmicas territoriais e urbanas bem como das políticas públicas com impacto territorial
- Prossecução da iniciativa iGeo, alicerçada em serviços abertos de dados geográficos de referência da Administração Pública publicados na Internet
- Continuação do Programa COPERNICUS, inovador em Portugal e transversal a vários organismos públicos e instituições de ensino superior, que permitirá o acesso generalizado as imagens de satélite para usos múltiplos, nomeadamente a resposta a situações de emergência e catástrofe

### Cadastro para Áreas com Elevado Risco de Incêndio Florestal

*Proposta de OE 2015*

*Conclusão do Projeto Experimental de Cadastro para Áreas com Elevado Risco de Incêndio Florestal*

## 2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza

### Promoção do Acesso à Habitação

- Implementação do pacote do arrendamento urbano:
  - Revisão do Novo Regime de Arrendamento Urbano
  - Novo Regime da Renda Apoiada
  - Novo Regime da Renda Condicionada
- Definição das medidas de apoio para as famílias após o termo do período transitório de 5 anos, previsto na reforma do arrendamento urbano
- Reforço do mercado social de arrendamento, com disponibilização de um maior número de habitações com rendas 20 a 30% inferiores aos valores de mercado
- Melhoria das condições de habitabilidade do parque público de habitação social, através da execução de obras de reabilitação
- Sistematização da monitorização do mercado da habitação, através da coordenação de dados dos diferentes organismos da administração pública
- Conclusão e implementação da Estratégia para a Habitação

### Promoção da Reabilitação Urbana e das Cidades Sustentáveis

- Implementação do Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana (RERU)
- Continuação do programa “Reabilitar para Arrendar”, incluindo a reabilitação de edifícios particulares, de habitação para arrendamento
- Implementação de um instrumento financeiro de apoio à regeneração urbana enquadrado nos novos fundos europeus 2014-2020
- Implementação e acompanhamento da Estratégia “Cidades Sustentáveis 2020”, e articulação com os novos fundos europeus de investimento
- Desenvolvimento e implementação do índice de sustentabilidade urbana que promova competição saudável entre as cidades

### Apoio à reabilitação urbana

Proposta OE 2015, art.º 131º

*Empréstimos a conceder pelo IHRU associados aos novos financiamentos dirigidos a particulares ao abrigo do Programa Reabilitar para Arrendar, que poderá atingir 50M€ (BEI; CEB)*

## 2. Ordenamento do Território, Habitação e Conservação da Natureza

### Conservação da Natureza e valorização dos recursos naturais

- Conclusão da revisão da nova Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para o horizonte 2020
- Avaliação e revisão dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e recondução a programas especiais de acordo com as disposições do novo regime jurídico de políticas públicas de solo, ordenamento do território e urbanismo
- Prossecução de ações específicas de conservação de espécies e habitats, nomeadamente do Lince Ibérico e do Lobo Ibérico.
- Alargamento da rede de áreas marinhas protegidas, nomeadamente com a extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho
- Designação de Zonas Especiais de Conservação (ZEC)
- Plena implementação e ampla divulgação da marca “Natural.pt”, potenciando a atratividade das áreas classificadas para o turismo de natureza e atividades económicas relacionadas
- Mapeamento e avaliação do estado dos ecossistemas e dos serviços dos ecossistemas mais relevantes do território continental e avaliação do seu contributo para os vários setores económicos através da iniciativa TEEB

### 3. Energia

#### Concretização da Estratégia Nacional para as Energias Renováveis

- Concretização da Estratégia Nacional para as Energias Renováveis (PNAER 2020)
- Aplicação de Novo Regime Remuneratório para a Produção de Energias Renováveis
- Operacionalização do novo regime de produção distribuída
- Prossecução do esforço de desenvolvimento de projetos conjuntos, impulsionado pelo desenvolvimento expectável das interligações elétricas entre a Península Ibérica e a Europa e aproveitando os recursos endógenos do país

#### Aumentar a Eficiência Energética e desenvolver a Mobilidade Sustentável

- Consolidação dos Programas de Apoio à Eficiência Energética e Dinamização do Mercado das Empresas de Serviços de Energia, com reforço dos incentivos dados à eficiência energética
- Execução do Programa ECO.AP
- Início do Programa de mobilidade sustentável na administração pública (objetivo: introduzir, até 2020, 1250 viaturas elétricas e híbridas plug-in nos serviços do Estado e concretizar sistemas de gestão de frotas - *car pooling*)
- Alargamento do sistema de gestão de consumos intensivos energéticos, com sistema de apoios e incentivos à redução de consumos e utilização de energias com recurso a fontes de energia renovável ou endógena

#### Mobilidade sustentável

Relatório do OE 2015

*A concretização, no âmbito da promoção da mobilidade elétrica, de programas de mobilidade sustentável na administração pública*

### 3. Energia

Assegurar a sustentabilidade do Sistema Elétrico e Gás Natural

- Monitorização das medidas implementadas de equilíbrio e redução de custos, de modo a garantir a sustentabilidade do sistema elétrico nacional
- Prorrogação da contribuição extraordinária sobre o setor energético
- Monitorização do alargamento da tarifa social de eletricidade a 500 mil famílias (1,5 milhões de cidadãos), que passarão a ver reduzidos os preços da eletricidade em 34% (e não 20%), para assegurar a concretização deste objetivo

Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE)

*Proposta de OE 2014, art. 221º*

*Prevê-se a prorrogação da contribuição extraordinária sobre o sector energético.*

Fundo Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético (FSSSE)

*Relatório do OE 2015*

*Orçamento de 150 milhões de euros com o objetivo de contribuir para a promoção do equilíbrio e sustentabilidade sistémica do sector energético, designadamente através da redução da dívida tarifária do Sistema Eléctrico Nacional (SEM) e do financiamento de políticas do sector energético e da política energética de cariz social e ambiental, relacionadas com medidas de eficiência energética.*

### 3. Energia

#### Reforma do Setor dos Combustíveis

- Regulamentação e monitorização dos combustíveis, com fortes implicações no aumento da concorrência no segmento de revenda de combustíveis
- Regulamentação da inclusão de combustíveis líquidos simples (*low cost*) nos postos de abastecimento
- Aumento da monitorização do mercado dos combustíveis
- Divulgação de preços de referência dos combustíveis (combustíveis líquidos e gás propano e butano de botija) pela Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E.
- Revisão da Lei de Bases do Setor Petrolífero, com fortes implicações no aumento da concorrência no segmento de revenda de combustíveis

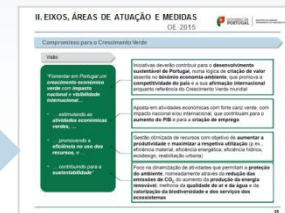
#### Concretização da Estratégia Nacional de Recursos Geológicos e Mineiros

- Prossecução da implementação da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos
- Aprovação da Lei de Bases dos Recursos Geológicos
- Dinamização da prospecção e exploração de recursos geológicos e a realização de cartografia geológica sistemática.
- Aprovação dos regimes jurídicos da revelação e aproveitamento dos depósitos minerais, dos recursos hidrominerais e dos recursos geotérmicos e das águas de nascente
- Mapeamento e conhecimento aprofundado do potencial das jazidas e das águas subterrâneas
- Incentivo à participação concertada de todos os agentes nas grandes montras do setor mineiro, por forma a divulgar o potencial nacional.

### 4. Crescimento Verde

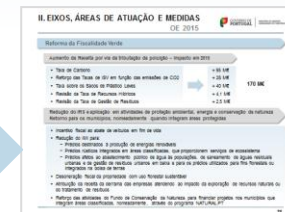
#### Compromisso para o Crescimento Verde

- Aprovação, após ampla discussão pública, e implementação do Compromisso para o Crescimento Verde, orientador e agregador de toda a ação do MAOTE em 2015
- Implementação da revisão da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2013-2015 e transposição da nova diretiva comunitária
- Reforço da adoção de critérios ambientais nos contratos públicos de aquisição de bens e serviços (compras públicas ecológicas)
- 13 Objetivos 2020 e 2030
- 83 Iniciativas, 10 Setores, 6 Catalisadores



#### Reforma da Fiscalidade verde

- Implementação da Reforma da Fiscalidade Verde
- Aprovação da regulamentação legislativa e das iniciativas de sensibilização para uma efetiva mudança de comportamentos no sentido de uma produção e consumo mais sustentáveis



#### Reforma fiscal verde Relatório do OE 2015

*De entre as medidas prioritárias com impacto direto no orçamento do Ministério destaca-se a concretização, num quadro de neutralidade do sistema fiscal, de uma reforma fiscal verde capaz de diversificar as fontes de receita*

### 4. Crescimento Verde

#### Desenvolvimento de Mecanismos Financeiros

- Implementação do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos assente em três eixos: apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos → 2,3 mil M€
- Conclusão da execução do Programa Operacional de Valorização do Território
- Operacionalização do Mecanismo EEA Grants, afeto a projetos nas áreas elegíveis da proteção e gestão ambiental, alterações climáticas e energias renováveis
- Concretização da reforma dos fundos públicos ambientais

#### Fomento do crescimento verde

Relatório do OE 2015

*Apoio a projetos de fomento do Crescimento Verde através de um fundo alavancado a partir da estruturação de instrumentos financeiros com forte potencial de investimento e da reforma dos fundos públicos ambientais*

Slide 30



II. EIXOS, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MEDIDAS OE 2015		
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PROSER)		
Programação Operacional do PROGRAMA OPERACIONAL SEUR: 2 352 M€		
OT 4	OT 5	OT 6
150 M€	200 M€	300 M€
200 M€	100 M€	200 M€
200 M€	100 M€	200 M€
100 M€	7 M€	30 M€
100 M€		30 M€

#### Economia Circular e Produtividade dos Recursos

- Aprovação e implementação da Estratégia para o Uso Eficiente dos Recursos, para a eficiência, produtividade, substituição e reutilização de recursos
- Definição e promoção do Programa para a Economia Circular



### Compromisso para o Crescimento Verde

#### Visão

*“Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacto nacional e visibilidade internacional...”*

- *... estimulando as atividades económicas verdes, ...*
- *... promovendo a eficiência no uso dos recursos, e ...*
- *... contribuindo para a sustentabilidade”*

Iniciativas deverão contribuir para o **desenvolvimento sustentável de Portugal**, numa lógica de **criação de valor** assente no **binómio economia-ambiente**, que promova a **competitividade do país** e a sua **afirmação internacional** enquanto referência do Crescimento Verde mundial

Aposta em atividades económicas com forte cariz verde, com impacto nacional e/ou internacional, que contribuam para o **aumento do PIB** e para a **criação de emprego**

Gestão otimizada de recursos com objetivo de **aumentar a produtividade** e **maximizar a respetiva utilização** (p.ex., eficiência material, eficiência energética, eficiência hídrica, ecodesign, reabilitação urbana)

Foco na dinamização de atividades que permitam a **proteção do ambiente**, nomeadamente através da **redução das emissões de CO<sub>2</sub>**, do aumento da **produção da energia renovável**, melhoria da **qualidade do ar e da água** e da **valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas**

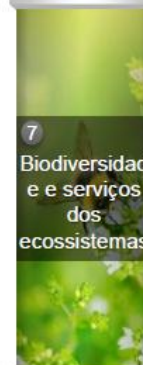
# II. EIXOS, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MEDIDAS

OE 2015

## Compromisso para o Crescimento Verde

83 Iniciativas, 10 Setores e 6 Catalisadores

Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacto nacional e visibilidade internacional, estimulando as atividades económicas verdes, promovendo eficiência no uso dos recursos e contribuindo para a sustentabilidade



Financiamento

Promoção internacional

Fiscalidade

Contratação pública

Informação

Inovação

# II. EIXOS, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MEDIDAS

OE 2015

## Compromisso para o Crescimento Verde

### 13 objetivos 2020 e 2030

Dimensão	Objetivo e indicador	Metas para 2020 e 2030				Racional
		2012	2020	2030	CAGR 2012-2030	
CRESCIMENTO	Aumentar VAB "verde" (milhares de milhões de euros)	2.0	3.0	5.1	+5.3%	Desenvolver a economia verde de forma a que se obtenha ganhos de competitividade superiores à média nacional
	Incrementar exportações "verdes" (milhares de milhões de euros)	0.5	0.7	1.2	+5.3%	Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde
	Criar postos de trabalho "verdes" (milhares de pessoas ao serviço)	70 <sup>2</sup>	95	140	+3.9%	Duplicar o número de postos de trabalho até 2030, assegurando aumento de produtividade
EFICIÊNCIA	Aumentar a produtividade dos materiais (€ PIB <sup>3</sup> /kg de materiais consumidos)	0.826 <sup>4</sup>	0.98	1.19	+1.9%	Alinhar com os objetivos do PNGR, princípio da economia circular, eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030)
	Aumentar a incorporação de resíduos na economia (taxa de incorporação de resíduos na economia) <sup>5</sup>	56%	68%	87%	+2.5%	Perspetivar o resíduo enquanto recurso material ou energético promovendo o fecho do ciclo (economia circular) e o desvio de aterro; cumprimento do PNGR
	Privilegiar a reabilitação urbana (n.º de obras de reabilitação/n.º de obras novas)	8,7% <sup>6</sup>	17%	23%	+8.9%	Aumento de cerca de 8,75% de 2013 a 2020, e de 3,5% de 2021 a 2030 nos valores de investimento medido pela formação bruta de capital fixo
	Aumentar a eficiência energética (tep/ME PIB <sup>3</sup> Intensidade Energética)	129	134	107	-1,1%	Cumprimento do PNAEE até 2020 Redução de 30% sobre <i>baseline</i> energética em 2030
SUSTENTABILIDADE	Aumentar a eficiência hídrica (água não faturada/água colocada na rede)	35% <sup>7</sup>	25%	20%	-3.1%	Cumprir meta PNEUA 2020 – perdas físicas < 20% em 2020 [Água não faturada = Perdas físicas + consumos autorizados mas não faturados]
	Reduzir as emissões de CO <sub>2</sub> (Mt CO <sub>2</sub> )	68	68-72	54 - 60	-1.3% / -2.1%	Alinhar com cenários referência PNAC e cumprir objetivos 2020 Redução entre 30% (60 MtCO <sub>2</sub> ) e 40% (54 MtCO <sub>2</sub> ) em 2030 vs 2005 (valor2005=87MtCO <sub>2</sub> ), contingente a interligações
	Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final de energia)	24.6%	31%	40%	+3.4%	Cumprimento do PNAER até 2020 Alinhamento com o objetivo definido na proposta de PT constante do pacote Energia-Clima 2030, contingente e interligações
	Melhorar o estado das massas de água <sup>8</sup> (% nacional das massas de água com qualidade "Boa ou Superior")	52%	72%	100%	+4.2%	Cumprir a Diretiva Quadro da Água (condicionado aos desenvolvimentos de negociação na UE no que respeita à implementação da DQA)
	Melhorar a qualidade do ar (Dias com IQAR fraco e mau, em zonas urbanas)	15	9	2	-10.6%	Alinhamento com os objetivos definidos na diretiva CAFE e com a Estratégia Europeia para um Ar mais limpo
Valorizar a biodiversidade (n.º de espécies e n.º habitats com estado de conservação "favorável" estabelecido por região biogeográfica)	84 e 48	126 e 96	158 e 144	+5% e +9%	Cumprimento da Diretiva Habitats Alinhamento com as metas definidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020	

### Reforma da Fiscalidade Verde

#### Aumento da Receita por via da tributação da poluição e utilização de recursos – impacto em 2015

▪ Taxa de Carbono	+ 95 M€	
▪ Reforço das Taxas de ISV em função das emissões de CO2	+ 28 M€	
▪ Taxa sobre os Sacos de Plástico Leves	+ 40 M€	
▪ Revisão da Taxa de Gestão de Resíduos	+ 2,5 M€	
▪ Revisão da Taxa de Recursos Hídricos	+ 4,09 M€ (em 2016)	
		<b>+ 165,5 M€</b>

#### Incentivos à proteção ambiental, energia e conservação da natureza

##### Retorno para os municípios, nomeadamente quando integram áreas protegidas

- Incentivos aos carros elétricos, híbridos plug-in, GPL e GNV
  - Dedução do IVA em viaturas de turismo elétricas ou híbridas plug-in
  - Incentivo à criação de sistemas de bike-sharing e car-sharing nas empresas
  - Incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida
  - Redução do IMI para prédios rústicos integrados em áreas classificadas, que proporcionem serviços de ecossistema; prédios afetos à produção de energias renováveis, ao abastecimento de água e saneamento, gestão de resíduos urbanos em baixa, fins florestais ou integrados na bolsa de terras
  - Desoneração fiscal da propriedade com uso florestal sustentável
  - Atribuição aos municípios da receita da derrama das empresas neles sediadas, atendendo ao impacto da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos
  - Reforço das atividades do Fundo de Conservação da Natureza, para financiamento de projetos nos municípios que integram áreas classificadas, nomeadamente, através do programa NATURAL.PT
- 17,5 M€**

### Reforma da Fiscalidade Verde

Receita da tributação sobre  
a poluição e uso de  
recursos

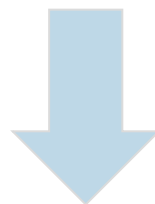
**+ 165,5 M€**

**- 17,5 M€**

Incentivos à proteção  
ambiental, energia e  
conservação da natureza

Receita líquida da  
Fiscalidade Verde

**+ 148 M€**

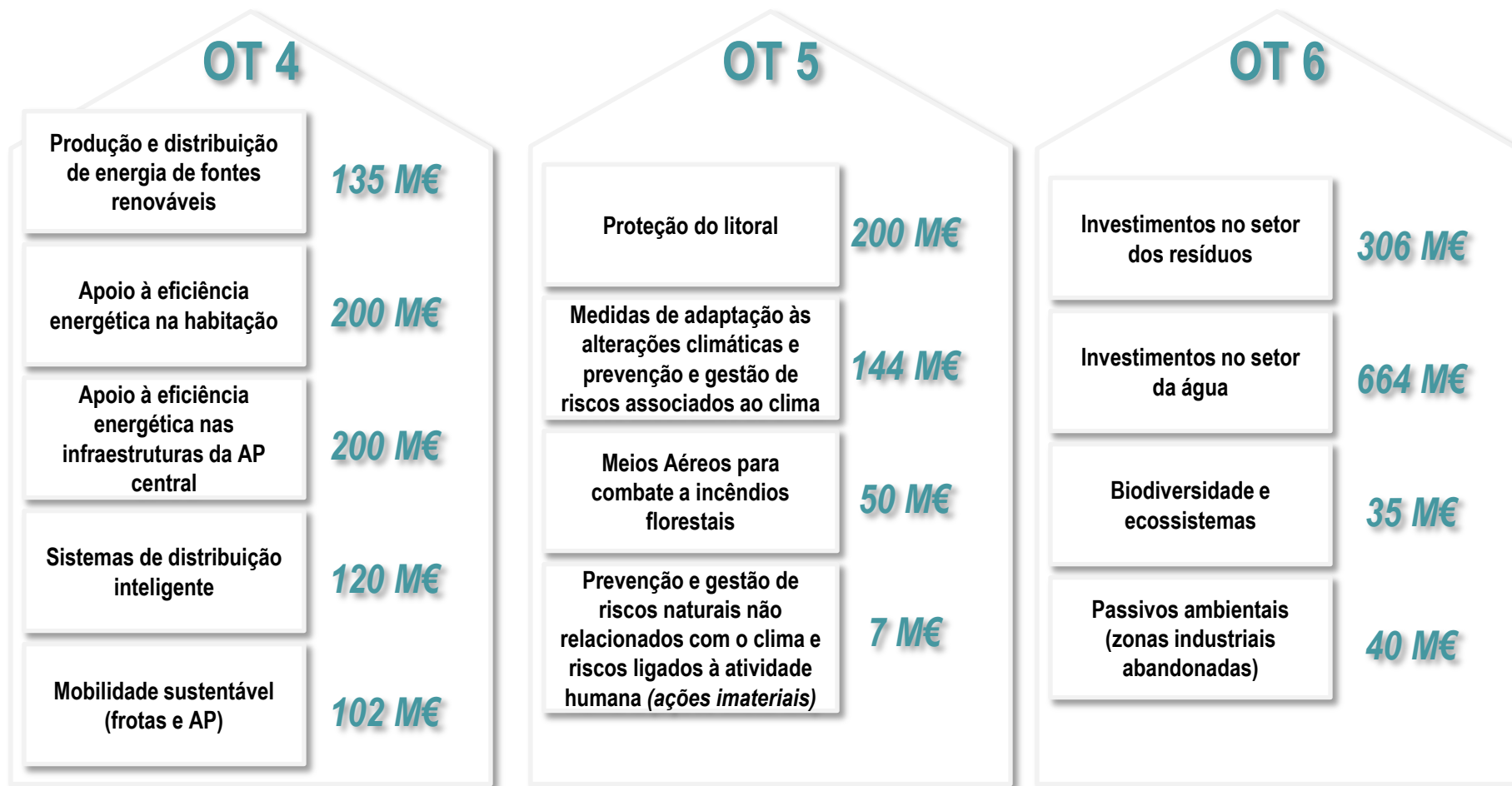


Reforma do IRS  
(Quociente familiar)

### Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)

### Programação para o PROGRAMA OPERACIONAL SEUR: 2 252 M€

(incl. 49,5 M€ para Assistência Técnica)



# II. EIXOS, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MEDIDAS

OE 2015

## Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)

### Programação para o DOMÍNIO TEMÁTICO SEUR: 3 927 M€

(incl. 49,5 M€ para Assistência Técnica)

Objetivo Temático	POSEUR	PO Regiões do Continente					PO Regiões do Continente	PO Regiões Autónomas		Total SEUR	PO Assistência Técnica	
		PO Norte	PO Centro	PO Alentejo	PO Lisboa	PO Algarve		PO Açores	PO Madeira			
4 Apoio à transição para uma <b>economia de baixo teor de carbono</b> , em todos os setores	757,000,000	367,798,814	165,377,467	128,163,717	85,000,000	20,000,000	766,339,998	48,735,000	18,040,000	66,775,000	1,590,114,998	
5 Promoção da adaptação às <b>alterações climáticas</b> e prevenção e <b>gestão dos riscos</b>	401,242,164	0	0	0	0	0	0	31,800,000	0	31,800,000	433,042,164	
6 Preservação e proteção do <b>ambiente</b> e promoção da <b>utilização eficiente dos recursos</b>	1,045,000,000	264,155,657	260,752,900	143,492,214	34,000,000	25,000,000	727,400,771	57,313,500	24,920,000	82,233,500	1,854,634,271	
	2,203,242,164	631,954,471	426,130,367	271,655,931	119,000,000	45,000,000	1,493,740,769	137,848,500	42,960,000	180,808,500	3,877,791,433	49,500,000



# III. ORÇAMENTO





**i. Principais motivações do OE 2015-MAOTE**

**ii. Consolidação Orçamental**

- **Valorização das medidas**
- **Reforma do Estado**

**iii. Análise orçamental**

- **Montantes globais**
- **Montantes desagregados por organismos, por despesas gerais e próprias e por funcionamento e investimento.**

## i. Principais motivações do OE 2015-MAOTE

O apoio a projetos de fomento do **Crescimento Verde** através de um fundo alavancado a partir da estruturação de instrumentos financeiros com forte potencial de investimento e da reforma dos **fundos públicos ambientais**

FPC / FPRH / FIA  
125 M€

R

Novo ciclo de programação de Fundos Estruturais – Portugal 2020 / **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**

(POSEUR) com três eixos temáticos que apoiam, através dos fundos de coesão:

- transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores,
- adaptação às alterações climáticas, a prevenção e gestão de riscos, a proteção do ambiente
- promoção da valorização e eficiência dos recursos (água, resíduos, biodiversidade)

Eixo 1 ... 757 M€  
Eixo 2 ... 401 M€  
Eixo 3 ... 1.045 M€  
AT ..... 49,5 M€

R

A **reestruturação de serviços e empresas**, através da promoção de estratégias de gestão mais integradas de modo a maximizar sinergias operacionais de processo e reduzir custos

Principais poupanças:

PE/OL ..... 40 M€

AdP ..... 20 M€

LNEG ..... 1,2 M€

APA ..... 1 M€

IGAMAOTE .. 0,8 M€

Aposentações, rescisões e  
requalificação 6,1 M€

D

A concretização, num quadro de neutralidade do sistema fiscal, de uma **reforma fiscal verde** capaz de diversificar as fontes de receita

148 M€

R



i. Principais motivações do OE 2015-MAOTE

ii. **Consolidação Orçamental**

- **Valorização das medidas**
- **Reforma do Estado**

iii. **Análise orçamental**

- **Montantes globais**
- **Montantes desagregados por organismos, por despesas gerais e próprias e por funcionamento e investimento.**

Em 2015, no âmbito das políticas públicas no domínio do Ambiente,  
Ordenamento do Território e Energia,  
a aplicação de **medidas de contenção da despesa pública**,  
conduzirá no seu conjunto a um valor (líquido de pressões) de  
**redução da despesa de 84,8 M€**

▪ **Medidas transversais ..... - 40,3 M€**

*(Aposentações e redução da despesa com TIC e com estudos, pareceres, projetos, consultadoria e outros trabalhos especializados)*

▪ **Medidas setoriais ..... - 51,2 M€**

*(Reestruturações – Parque EXPO/concessão Oceanário, LNEG, IGAMAOTE, APA – e compressão de despesa com pessoal e empréstimos BEI ao IHRU)*

▪ **Pressões orçamentais ..... + 6,7 M€**

*(Contratos plurianuais – 4,7 M€ – e reforço das atividades inspetivas da IGAMAOTE)*

## Redução de Custos Operacionais

### ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO



#### Reestruturação de serviços

Redução dos custos com pessoal de **5,8M€** com aposentações e de **1,5 M€** com rescisões e requalificação

Redução dos custos operacionais de **32 M€** com estudos, pareceres, projetos, consultadoria e outros trabalhos especializados e de **5 M€** com TIC

### SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO



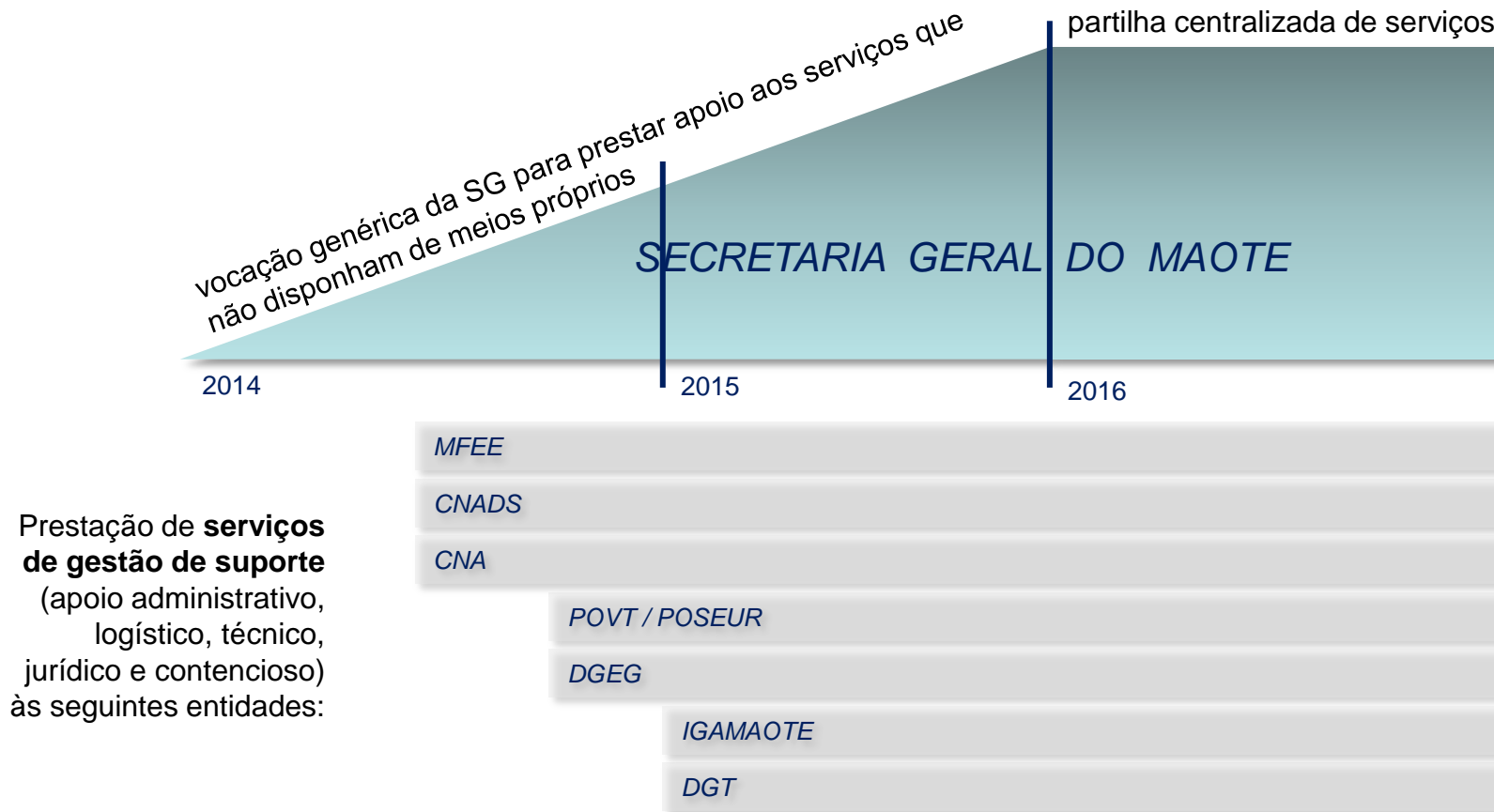
#### Reestruturação do setor das águas

Redução em **55,0%** dos lugares de chefia (45% na reorganização territorial e 10% adicionais na corporativa)

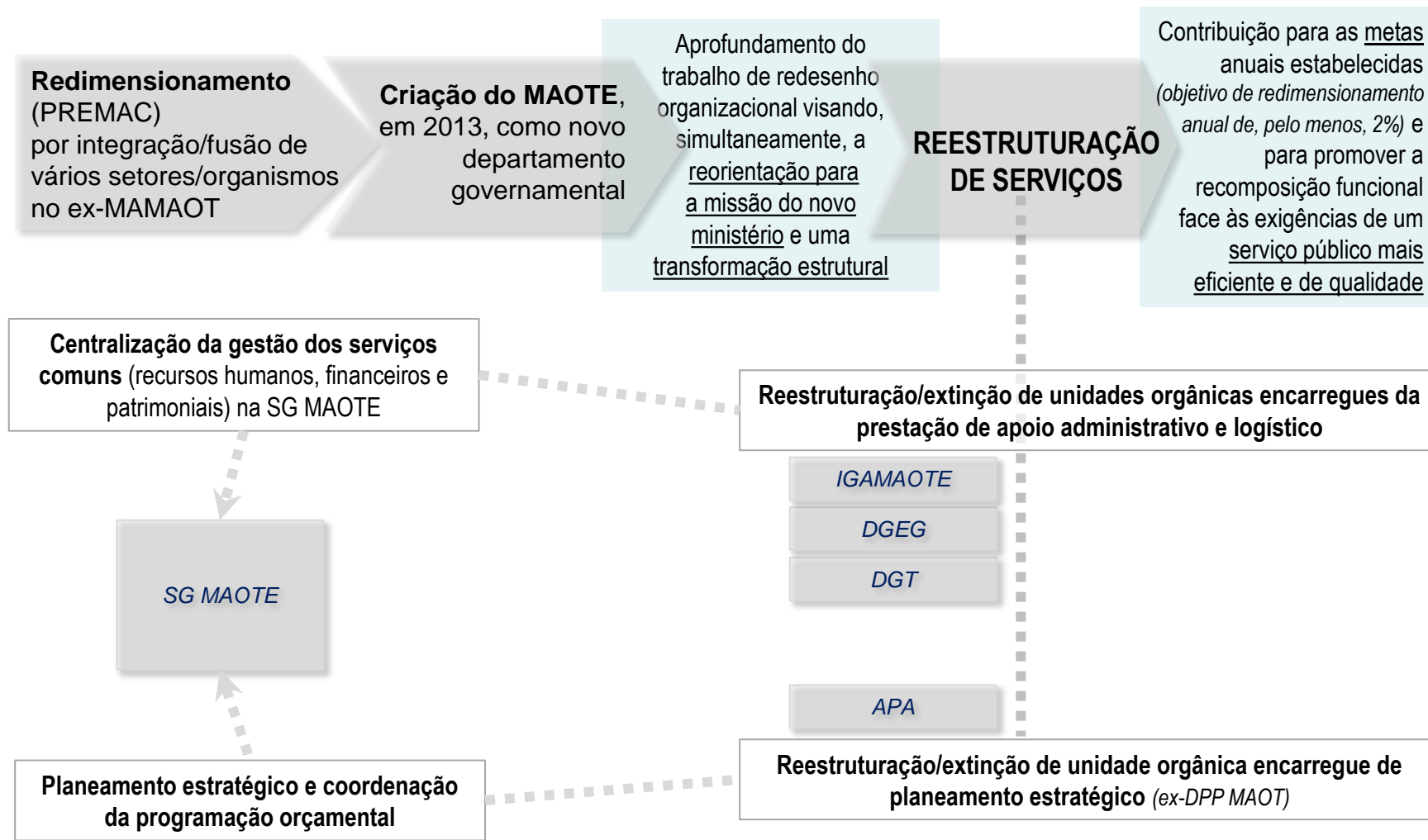
Redução em **67,0%** dos lugares nos órgãos sociais

Redução mínima dos custos operacionais de **20M€/ano**, considerando a atividade comparável e os custos com pessoal normalizado a 14 meses

**O estabelecimento de um modelo de partilha de serviços centralizada na SG é um dos objetivos da reorganização do MAOTE, em linha com as orientações da Reforma do Estado**



## ii. Consolidação orçamental - Reforma do Estado





i. Principais motivações do OE 2015-MAOTE

ii. Consolidação Orçamental

- Valorização das medidas
- Reforma do Estado

iii. **Análise orçamental**

- **Montantes globais**
- **Montantes desagregados por organismos, por despesas gerais e próprias e por funcionamento e investimento.**



**P010– Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia**

**Despesa total consolidada: 752,4 M€**

+ 18,7% (+118,7 M€) face à estimativa de 2014

**Despesa total efetiva (s/ novas entidades 2015): 649,1 M€**

**Despesa total efetiva comparável (s/ novas entidades): 444,1 M€**

+ 10,8% (+43,3 M€) face à estimativa de 2014 (400,8 M€)



***dos quais:***

**+27 M€ do Programa Polis (RP + FC)**

**+7 M€ de aumento de receitas próprias (consignadas) - DGEG e IGAMAOTE**

**+4,4 M€ de fundos comunitários - POVT/POSEUR e DGT**

### iii. Análise orçamental – Montantes globais



Orçamento 2015 – Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia,

**Despesa total consolidada: 752,4 milhões de euros**

+ 18,7% (118,7 milhões de euros) face à estimativa de 2014

(milhões de euros)

	2014	2015	Variação (%)
	Estimativa	Orçamento Ajustado	
<b>Estado</b>	70,2	232,3	231,1
<b>1. Atividades</b>	39,7	200,1	403,9
1.1. Com cobertura em receitas gerais	28,3	181,9	542,9
Funcionamento Sentido Estrito	28,3	31,9	12,8
Dotações Específicas		150,0	
Contribuição de Sustentabilidade do Setor Energético-Conservação		150,0	
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	11,4	18,2	59,4
<b>2. Projetos</b>	30,4	32,2	5,8
2.1. Financiamento nacional	18,5	11,5	-37,8
2.2. Financiamento comunitário	11,9	20,7	73,5
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	272,7	412,4	51,2
<b>Entidades Públicas Reclassificadas</b>	101,0	188,9	87,0
EPR 2014	101,0	133,3	31,9
EPR 2015		55,7	
Consolidação entre e intra-subsetores	43,1	184,5	328,2
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	633,7	752,4	18,7
<b>DESPESA EFETIVA</b>	400,8	649,1	

O Subsector Estado apresenta um **crescimento de 12,8%**, resultante principalmente do aumento de despesa com

- a reserva orçamental e a reserva para mobilidade especial
- o reforço de competências da nova SGMAOTE e da IGMAOTE.

Redução do esforço nacional e **reforço do financiamento por fundos europeus**

Aumento de 51,2% decorrente da inclusão de novas entidades:

- FSSSE (150 M€)
- FCNB (0,95 M€)

**Reforço (+32,6 M€) das intervenções de proteção costeira (Programa Polis)**

**NÃO COMPARÁVEL 2014-15**

### iii. Análise orçamental – Montantes desagregados

Orçamento 2015 – Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia,

#### DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – SFA E EPR

(milhões de euros)

	2014	Orçamento Ajustado de 2015					Variação (%)	
	Estimativa	Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento Comunitário	Transferências das AP	Outras Fontes		Total
Total SFA	272,7	168,8	197,4	28,5	17,7		412,4	51,2
Total EPR	101,0		106,1	81,8	1,0		188,9	87,0
EPR 2014	101,0		51,6	81,7			133,3	31,9
EPR 2015			54,5	0,2	1,0		55,7	
Sub-Total	373,7	168,8	303,5	110,3	18,7		601,3	60,9
Transferências intra-SFA	12,5		12,0		1,0		13,0	
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>594,1</b>	<b>171,5</b>	<b>392,0</b>	<b>110,3</b>	<b>17,7</b>		<b>691,6</b>	<b>16,4</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>361,2</b>	<b>168,8</b>	<b>291,5</b>	<b>110,3</b>	<b>17,7</b>		<b>588,3</b>	<b>62,9</b>

Por Memória

Ativos Financeiros	165,7		87,9				87,9
Passivos Financeiros	67,3	2,8	12,6				15,4

Nota: EPR 2014 – entidades que já integravam o perímetro de consolidação no Orçamento do Estado de 2014;  
EPR 2015 – entidades que passam a integrar o perímetro de consolidação no Orçamento do Estado de 2015

### iii. Análise orçamental – Montantes desagregados

Orçamento 2015 – Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia

## DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL

(milhões de euros)

	Orçamento Ajustado de 2015				
	Estado	SFA			Total Consolidado
		SFA	EPR	Total	
<b>Despesa Corrente</b>	225,7	358,5	59,2	417,6	464,6
Despesas com Pessoal	29,3	49,3	7,7	57,0	86,3
Aquisição de Bens e Serviços	25,6	35,9	37,5	73,4	99,0
Juros e Outros Encargos	0,0	6,4	6,7	13,1	13,1
Transferências Correntes	170,3	199,7	1,1	200,8	192,4
das quais: intra-instituições do ministério	166,7	12,0		12,0	
para as restantes Adm. Públicas		107,9	1,1	108,9	108,9
Subsídios		0,0		0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	0,5	67,1	6,3	73,4	73,9
<b>Despesa Capital</b>	6,7	151,4	135,5	286,9	287,7
Aquisição de Bens de Capital	1,8	41,9	129,8	171,7	173,5
Transferências de Capital	4,9	12,0		12,0	11,0
das quais: intra-instituições do ministério	4,9	1,0		1,0	
para as restantes Adm. Públicas		0,5		0,5	0,5
Ativos Financeiros		87,2	0,7	87,9	87,9
Passivos Financeiros		10,3	5,0	15,4	15,4
Outras Despesas de Capital				0,0	0,0
Consolidação entre e intra-subsetores	171,5	13,0	0,0	13,0	184,5
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	232,3	509,9	194,7	704,6	752,4
<b>DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSF PARA ADM. PÚBLICAS</b>	232,3	401,6	193,6	595,2	643,0
<b>DESPESA EFETIVA</b>	232,3	412,4	188,9	601,3	649,1

O **aumento da despesa total consolidada** do Programa tem origem maioritariamente no Subsector Estado, com 232,3 M€, ou seja, mais 231,1% relativamente à estimativa de 2014, que se deve essencialmente à

**transferência do OE de 150 M€ para o FSSSE** - Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético (DL 55/2014, de 9 de março) e que representa um aumento de 16,4% da despesa total consolidada do Subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA)

Orçamento 2015 – Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia,

**DESPESA DE FUNCIONAMENTO DO SUBSETOR ESTADO  
COM COBERTURA EM RECEITAS GERAIS: 31,9 M€**

+ 12,8% face à estimativa de 2014

**Estado**

**Atividades**

**2014**

**2015**

Com cobertura em receitas gerais

**Funcionamento Sentido Estrito**

**28,3**

**31,9**

**12,8%**

GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO

3,6

3,4

-6,3%

SECRETARIA-GERAL

2,7

3,8

39,3%

MFEE

0,1

0,1

2,3%

CNADS

0,2

0,2

-4,4%

CNA

0,1

0,1

11,2%

INSPEÇÃO-GERAL

3,4

3,8

12,5%

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

6,1

5,8

-5,5%

LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA

9,6

9,4

-1,7%

AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.

1,5

1,5

-3,2%

RESERVA ORÇAMENTAL + MOBILIDADE ESPECIAL

1,1

4,0

competências reforçadas

+ 2,6%

+ 0,7 M€

### iii. Análise orçamental – Montantes desagregados

Orçamento 2015 – Programa Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia,

#### DESPESA DO SUBSETOR SFA: 412,4 M€

+ 51,2% face à estimativa de 2014

#### Serviços e Fundos Autónomos

##### Atividades

2014

2015

##### Serviços e Fundos Autónomos

272,7

412,4

51,2%

##### Serviços Autónomos

158,1

136,5

-13,7%

- 21,6 M€

contenção da  
despesa nos  
serviços

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS  
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS  
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA  
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA  
AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

##### Fundos Autónomos

114,6

275,9

+ 9%

+ 10,3 M€

reforço do  
investimento  
em projetos

FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL  
FUNDO PORTUGUES DE CARBONO  
FUNDO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

FUNDO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE  
FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA DO SETOR ENERGÉTICO

114,6

124,9

0,95  
150,00

NOVOS 2015 + 150,95 M€

**As Entidades Públicas Reclassificadas**  
apresentam um **crescimento de 87,9 M€**,  
a que corresponde uma variação de 87% face à estimativa de 2014  
devido à reclassificação de novas entidades em 2015

### EPR 2014

COSTA POLIS, SA  
POLIS LITORAL NORTE, SA  
POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA  
POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA  
POLIS LITORAL SUDOESTE, SA  
VIANAPOLIS, SA

133,3 M€

### EPR 2015

ENMC, EPE  
MARINA PARQUE DAS NAÇÕES, SA  
PARQUE EXPO, SA  
PORTO VIVO, SRU

55,7 M€





GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

# MAOTE - Orçamento 2015

## Nota Explicativa

Outubro de 2014